

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998
Balancço Patrimonial - Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo - SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina
Hospital de Clínica Luzia de Pinho Melo
CNPJ: 61.699.567/0008-69



Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2022. São Paulo, 28 de fevereiro de 2022. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM.**

Demonstrações Contábeis - Balancço Patrimonial - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais				Comparativo das Demonstrações de Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais				
	2.021	2.020	Passivo	2.021	2.020	Receitas	2.021	2.020
Ativo			Passivo Circulante	97.399.761,26	190.546.167,52	Receitas Operacionais com Restrições	226.515.538,76	225.076.770,93
Ativo Circulante	92.133.940,02	183.094.648,11	Fornecedores (nota 3.9)	9.177.107,40	9.120.213,21	Receitas Bruta de Serv. Prestados com Restrições	226.515.538,76	225.076.770,93
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3.1)	1.076.644,96	224.668,97	Serviços de Terceiros P. Física/Jurídica (nota 3.10)	10.393.520,44	5.314.384,07	Secr. Saúde do Est. S. Paulo (nota 4.1)	196.342.369,23	195.359.936,26
Bancos conta movimento	1.748,53	700,68	Salários a pagar (nota 3.11)	4.591.115,00	4.836.369,46	Trabalho Voluntário (nota 9.5)	1.908,86	6.763,47
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	1.074.896,43	223.968,29	Contribuições a recolher (nota 3.12)	1.230.421,74	1.219.927,66	Outras Receitas (nota 4.4)	1.388.259,78	1.072.692,01
Contas a receber (nota 3.3)	82.817.400,00	176.847.500,00	Provisão de férias e encargos (notas 3.14)	10.232.580,93	9.469.827,29	Isonção usufruída (notas 9.1 a 9.4)	28.783.000,89	28.637.379,19
Secr. Saúde do Est. S. Paulo - HCLPM - Mogi (nota 3.3.1)	82.817.400,00	176.847.500,00	Impostos a recolher (nota 3.13)	1.439.162,94	1.387.612,28	(-) Ded. da Rec. Bruta de Serviços com Restrições	0,00	0,00
Outros Crédito (3.4)	607.380,47	616.975,36	Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03 (nota 3.16)	166.150,17	0,00	(=) Receita Líq. de Serv. Prestados com Restrições	226.515.538,76	225.076.770,93
Adiantamentos a fornecedores (nota 3.4.1)	105.961,98	119.461,03	Obrigações Tributárias (nota 3.15)	757.631,09	627.602,91	(+) Outras Rec. com Restrições - Afiliadas Saúde	405.753,42	908.663,66
Antecipações salariais	13.398,67	13.144,37	Acordo Trabalhista a pagar (nota 3.17)	1.500,00	43.623,45	Outras Receitas (nota 4.4)	699,38	427.157,38
Antecipação de férias (nota 3.4.2)	448.220,82	472.369,96	Outras contas a pagar (nota 3.20)	173.572,92	43.047,64	Descontos Recebidos	43,66	10.901,97
Depósito judicial (nota 3.4.3)	39.799,00	12.000,00	Recebimento de materiais de terceiros (nota 3.23)	5.117.052,21	550.645,25	Doações Recebidas (Nota 4.3)	405.010,38	470.604,31
Despesas Pagas Antecipadamente	15.645,11	15.588,75	Outros valores a Pagar (nota 3.21)	105.274,04	97.117,45	(+) Outras Receitas com Restrições (=) Receita Líquida com Restrições	226.921.292,18	225.985.434,59
Prêmios de seguros e outros a vencer (nota 3.5)	15.645,11	15.588,75	Convênios/Contratos públicos a realizar (nota 3.22)	54.014.672,38	157.835.796,85	(-) Custos dos Serviços Prestados com Restrições	183.110.063,61	187.729.717,67
Estoques	7.616.869,48	5.389.915,03	Passivo Não Circulante	16.004.545,91	80.392.420,96	(-) Serviços - Pessoal Próprio	78.314.859,15	77.923.762,83
Estoque Materiais e Medicamentos (notas 3.6)	7.616.869,48	5.389.915,03	Provisão de Despesa Proc. Cíveis (nota 3.18)	2.072.797,00	143.197,00	(-) Serviços - Terceiros P. Física	1.897.985,49	1.920.496,22
Ativo Não Circulante	13.629.165,73	80.202.738,95	Provisão de Despesa Proc. Trabalhistas (nota 3.18)	302.583,18	46.485,01	(-) Serviços - Terceiros P. Jurídica	35.815.774,05	40.505.878,25
Ativo Realizável a Longo Prazo (3.7.)	0,00	63.177.668,01	Obrigações - Bens Móveis de terceiros (nota 3.8)	38.846.436,03	39.164.905,92	(-) Manutenção e Conservação	8.760.384,58	10.850.107,80
Valores a receber	0,00	63.177.668,01	Ajustes vida útil econômica-Bens Móv. Terceiros (nota 3.8.1)	(25.217.270,30)	(22.139.834,98)	(-) Mercadorias	37.954.584,74	35.954.253,39
-Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros	13.470.828,16	16.761.851,41	Convênios/Contratos públicos a realizar (nota 3.7)	0,00	63.177.668,01	(-) Custos de Bens Permanentes	0,00	311.591,99
Bens Móveis (nota 3.8)	38.299.483,46	38.617.953,35	Patrimônio Líquido (nota 5)	(7.641.201,42)	(7.641.201,42)	(-) Isonção usufruída (nota 9.1 e 9.2)	20.366.475,60	20.263.627,19
Ajuste Vida útil - Bens Terceiros (3.8.1)	(24.828.655,30)	(21.856.101,94)	Superávit/Déficit Exercício Anteriores (nota 5)	(7.641.201,42)	(7.641.201,42)	(=) Superávit / Déficit Bruto com Restrições	43.811.228,57	38.255.716,92
-Ativo Intangível	158.337,57	263.219,53	Total do Passivo	105.763.105,75	263.297.387,06	(-) Despesas Operacionais com Restrições	43.811.228,57	38.255.716,92
Intangível de Terceiros	546.952,57	546.952,57				(-) Serviços - Pessoal Próprio	11.617.586,24	11.030.147,27
Ajuste vida útil - bens terceiros (3.8.1)	(388.615,00)	(283.733,04)				(-) Serviços - Terceiros P. Física	133.614,81	196.254,17
Total do Ativo	105.763.105,75	263.297.387,06				(-) Serviços - Terceiros P. Jurídica	9.776.897,71	9.548.303,33
						(-) Manutenção e Conservação	12.165.357,95	6.457.093,87

Descrição	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 De Dezembro de 2020 E 2021 - (Em Reais)					Total
	Nota	Patrimônio Social	Reservas de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit / (Déficit)	
Saldo em 31/12/2019		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incorporação ao Patrimônio Social						0,00
Transferência para Resultado						0,00
Acumulado						0,00
Ajustes de Exercícios Anteriores						0,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial						0,00
Superávit / (Déficit) do Exercício	5			(7.641.201,42)		(7.641.201,42)
Saldo em 31/12/2020		0,00	0,00	0,00	(7.641.201,42)	(7.641.201,42)
Incorporação ao Patrimônio Social						0,00
Transferência para Resultado						0,00
Acumulado						0,00
Realização da Reserva de Reavaliação						0,00
Ajustes de Exercícios Anteriores						0,00
Efeitos das mudanças dos critérios contábeis						0,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial						0,00
Superávit / (Déficit) do Exercício Anteriores						0,00
Saldo em 31/12/2021		0,00	0,00	0,00	(7.641.201,42)	(7.641.201,42)

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
Comparativo entre Dezembro/2020 e Dezembro/2021		
Descrição	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit / Déficit do exercício/período	0,00	0,00
Ajustes p/ conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	0,00	0,00
Resultado na venda/baixas de ativos imobilizado	0,00	0,00
Ajuste nas contas do Patrimônio Líquido	0,00	(7.641.201,42)
Variações nos ativos e passivos (Aumento) Redução em contas a receber	94.030.100,00	20.952.301,42
(Aumento) Redução outros créditos	63.187.262,90	207.971.104,60
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	(56,36)	2.557,29
(Aumento) Redução em estoques	2.226.876,84	(994.826,49)
Aumento (Redução) em fornecedores	5.096.186,15	3.069.284,57
Aumento (Redução) nas doações		
Contratos de gestão	(166.998.792,48)	(225.194.337,30)
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	3.310.398,94	388.730,33
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(3.395.905,21)	4.894.376,24
Aumento (Redução) Passivo de Arrendamento	0,00	0,00
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(2.543.929,22)	3.447.989,24
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(+) Recebimento pela venda de ativo imobilizado	0,00	0,00
(-) Aquisições de imobilizado	0,00	0,00
(-) Adição de Bens de Terceiros	3.395.905,21	(4.894.376,24)
(-) Adição de bens intangíveis	0,00	0,00
(-) Direito de Uso	0,00	0,00
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	3.395.905,21	(4.894.376,24)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de Empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
(-) Pagamentos de Empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Juros pagos por empréstimos	0,00	0,00
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	0,00	0,00
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	851.975,99	(1.446.387,00)
Saldo inicial de Caixa e equivalente	224.668,97	1.671.055,97
Saldo final de Caixa e equivalente	1.076.644,96	224.668,97

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2.021 e 2.020

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Contábeis: A Entidade, **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP, bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM atua em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e na Lei Complementar 187, de 16 de dezembro de 2021. **Características da Unidade Gerenciada** - Desde 2004 a SPDM gerencia e operacionaliza os serviços de saúde no Hospital das Clínicas Luzia de Pinho Melo. Ao longo dos 13 anos de execução das atividades, o atendimento médico foi especializando-se conforme a neces-

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Descrição	2.021	2.020
1 - Receitas	226.920.549,14	225.974.532,62
1.1) Prestação de serviços	196.342.369,23	195.359.936,26
1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	0,00	0,00
1.3) Outras Receitas (-) Receitas Anuladas do Exec. An	1.793.270,16	1.970.453,70
1.4) Isonção usufruída sobre contribuições	28.783.000,89	28.637.379,19
1.5) Isonção usufruída sobre Trabalho Voluntário	1.908,86	6.763,47
2 - Insumos Adquirid. de Terc. (Inclui ICMS e IPI)	103.638.349,18	104.178.410,73
2.1) Matérias-primas consumidas	0,00	0,00
2.2) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações de serviços	38.537.215,18	38.850.518,47
2.3) Serviço de terceiros e outros	65.101.134,00	65.327.892,26
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	0,00	0,00
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	123.282.199,96	121.796.121,89
4 - Retenções	0,00	0,00
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	0,00	0,00
5 - Valor Adicionado Líquido Prod. Entidade (3-4)	123.282.199,96	121.796.121,89
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	743,04	10.901,97
6.1) Receitas financeiras	743,04	10.901,97
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	123.282.943,00	121.807.023,86
8 - Distribuição do Valor Adicionado	123.282.943,00	121.807.023,86
8.1) Pessoal e encargos	89.932.445,39	88.953.910,10
8.2) Impostos, taxas e contribuições	1.549,75	24.511,78
8.3) Despesas Financeiras	26.463,38	34.217,94
8.4) Aluguéis	4.537.574,73	4.150.241,38
8.5) Isonção usufruída Sobre contribuições	28.783.000,89	28.637.379,19
8.6) Isonção usufruída sobre Trabalho Voluntário	1.908,86	6.763,47
8.7) Lucros retidos / prejuízo do exercício	0,00	0,00

sidade regional e complexidade dos pacientes atendidos, a saber: 2012 - Habilitada ao atendimento ao câncer (UNACOM); 2013 - Iniciada execução de exames em Ressonância Magnética; 2016 - Iniciada execução de exames em marcapasso e Radiologia Intervencionista (Hemodinâmica), assim como instaurou-se uma Unidade Coronariana (10 leitos); 2017 - Implantação de Centro Oncológico estruturado para execução de Quimioterapia e Radioterapia, mediante instalação de acelerador linear (Elekta Compact) e tomógrafo simulador; 2019 - Instalação de acelerador linear com melhor tecnologia (Varian - modelo Clinac CX) e remanejamento do Elekta Compact para outro equipamento de saúde da SES; 2020 - Substituição de tomógrafo descontinuado por tecnologia mais avançada; 2021 - Instalação de acelerador linear com geração mais avançada (Elekta Synergy). Ou seja, o Hospital das Clínicas Luzia de Pinho Melo tem característica de atendimento de média e alta complexidade, cujo perfil epidemiológico prevê sobretudo, pacientes oncológicos, cardiopatas e com comorbidades associadas. Em decorrência da pandemia, a partir de 01 de fevereiro de 2021, mediante aval da Secretaria de Estado e DRS1 obtivemos êxito no Referenciamento do Pronto Socorro, no intuito de oferecer foco ao atendimento de maior criticidade. Mesmo o hospital não tendo sido designado como referência ao COVID-19, esteve na frente ao atendimento desde o início da pandemia dada a sua importância na região do Alto Tietê. Em novembro de 2021, por uma necessidade de aumento de leitos em UTI e Enfermaria COVID ficou responsável tanto pelos atendimentos Não COVID, quanto COVID da região. Paralelamente à questão assistencial e a busca contínua por melhorias e desenvolvimento sistêmico dos processos de qualidade, além da manutenção ao nível de excelência pela ONA - Organização Nacional de Acreditação, obteve, em abril de 2021 a Certificação Internacional Qmentum, conferindo assim maior credibilidade à assistência prestada e na gestão dos serviços. Desde 2004 a SPDM gerencia o Hospital das Clínicas Luzia de Pinho Melo, e ao longo dos 16 anos de execução de atividades, o atendimento médico foi especializando-se conforme a necessidade regional e complexidade dos pacientes atendidos e, a partir de diversas ações para a promoção da saúde de forma responsável, o hospital sagrou-se vencedor em processo de concorrência para gerenciamento da unidade (julho de 2017), a partir de Resolução SS nº 18 de 27.03.2017, podendo desta forma,

dar continuidade à prestação de serviços com qualidade à população do Alto Tietê. Atualmente o Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo possui Contrato de Gestão sob o N° 001/0500/000.019/2017 instrumento em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, assinado em 23 de junho de 2017 com prazo de 5 (cinco) anos com vigência de 24/06/2017 a 23/06/2022, com o valor global de R\$ 865.307.460,00 (Oitocentos e sessenta e cinco milhões, trezentos e sete mil, quatrocentos e sessenta reais). Ao longo dos 17 anos de execução de atividades, além da preocupação e atuação dinâmica em prol da saúde pública, houve especialização da gestão e busca pelo uso do recurso público com racionalidade, visando sustentabilidade financeira. **1. Imunidade Tributária:** A SPDM - enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **Isonção Tributária e característica da isenção** - A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por tratar-se de instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, com atuação preponderante na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 1o da Lei nº 12.101/09 alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto nº 8.242/2014 e o que dispõe a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2021, a Entidade observou as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007, Medida Provisória nº 449/2008 e Lei nº 11.941/09 que promoveram modificações quanto à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis individuais, antes previstas na Lei nº 6.404/76, que agora passam a ser observadas não apenas pelas sociedades por ações, mas também as empresas de grande porte. A SPDM elaborou suas demonstrações financeiras em observância as melhores práticas contábeis adotadas no Brasil, levando em consideração a adoção de normas contábeis como o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, que tem por objetivo fornecer informações financeiras sobre a entidade; NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, que trata da contabilização e divulgação de subvenção governamental; e ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - ITG 2000 (R1) e CTG 2001 (R3)** - As demonstrações contábeis individuais da SPDM foram elaboradas em conformidade com a Norma Contábil ITG 2000 (R1), que estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela entidade para a escrituração contábil de seus fatos patrimoniais, por meio de qualquer processo, bem como a guarda e a manutenção da documentação e de arquivos contábeis e a responsabilidade do profissional da contabilidade; e CTG 2001 (R3) que define a formalidade da escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). A entidade apresenta seus documentos e livros contábeis em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que exige a apresentação de Escrituração Contábil Digital (ECD) para as pessoas jurídicas imunes e isentas, incluindo livro diário, livro razão, balancetes diários e balanços, assinados digitalmente com certificado digital, a fim de garantir a autoria, autenticidade, integridade e validade jurídica do documento digital. **2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo**
Rua Manuel de Oliveira, s/n - Vila Mogilar - Mogi das Cruzes - SP
CEP 08773-130 - CNPJ nº 61.699.567/

Continuação Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta bancária oficial e representam em 31.12.2021 o montante de R\$ 1.076.644,96 (Hum milhão, setenta e seis mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos), conforme demonstrado no quadro acima. **3.2 - Aplicações Financeiras (*)** - As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	31/12/2021	31/12/2020
Banco do Brasil	CDB/ RDB	1.073.746,92	223.272,06
Banco Santander	CDB/ DI	699,28	258,93
Banco do Brasil	Poupança	450,23	437,30
Total Aplicação		1.074.896,43	223.968,29

(*) As aplicações financeiras são consideradas Equivalentes de Caixa por permitirem que a qualquer momento, sem perda dos juros transcorridos, possa se resgatar o valor integral informado no extrato.

3.3 - Contas a receber - A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme a resolução 1.305/10 (que aprova a NBC TG 07) e conforme resolução 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1 - Valores a Receber** - Os valores registrados nesta conta em 2021 representam valores a receber de curto prazo, relativos ao Contrato de Gestão sob o Nº 001/0500/000.019/2017, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde, totalizaram R\$ 82.817.400,00 (Oitenta e dois milhões, oitocentos e dezessete mil, quatrocentos reais). **3.4 - Outros Créditos** - São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.4.1 - Adiantamento a Fornecedores** - Os valores classificados como adiantamento a fornecedores compreendem adiantamento realizados a fornecedores de benefícios como vale transporte, vale refeição e alimentação, antecipados no mês corrente, para utilização no mês subsequente. **3.4.2 - Antecipação de Férias** - A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seus artigos: Art. 145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido. No Art. 143 - serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. **3.4.3 - Depósito Judicial** - Referem-se ao saldo de depósitos judiciais realizados pela unidade gerenciada, da qual são pertinentes as ações civis e trabalhistas, onde, tendo em vista que as respectivas ações não foram julgadas em última instância, a unidade mantém o depósito judicial, que

Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Descrição	31.12.2020		31.12.2021	
	R\$	Aquisição	Baixa	R\$
Bens Móveis	38.617.953,35	134.900,30	453.370,19	38.299.483,46
Apar Equip Utens Med Odont Lab	30.764.294,78	91.619,01	250.486,10	30.605.427,69
Equip Processamento de Dados	2.094.637,88	849,00	52.955,01	2.042.531,87
Mobiliário em Geral	3.518.960,24	10.796,00	45.796,14	3.483.960,10
MaqUtens e Equip Diversos	1.366.047,42	0,00	94.559,27	1.271.488,15
Veículos de Tração Mecânica	56.012,68	0,00	0,00	56.012,68
Aparelhos de Medição	28.190,91	11.347,20	0,00	39.538,11
Apar e Equip Comunicação	87.661,14	0,00	0,00	87.661,14
Apar e Utens Domésticos	434.667,61	20.289,09	4.403,04	450.553,66
Maq e Equip de Natureza Indl	45.900,59	0,00	0,00	45.900,59
Maquinas e Equip Energéticos	510,00	0,00	0,00	510,00
Maquinas e Equip Gráficos	8.188,00	0,00	0,00	8.188,00
Equip p/Audio Víde e Foto	181.273,99	0,00	3.675,63	177.598,36
Maquinas e Utens de Escritório	17.413,62	0,00	595,00	16.818,62
Maq Ferram e Utens de Oficina	14.194,49	0,00	900,00	13.294,49
Intangível	546.952,57	0,00	0,00	546.952,57
Software	546.952,57	0,00	0,00	546.952,57
Total Imobilizado - Terceiros	39.164.905,92	134.900,30	453.370,19	38.846.436,03

Descrição	Demonstrativo da movimentação dos Bens de Terceiros em 2021				Taxas anuais médias de Ajustes
	Posição em 31/12/2020	Baixa	Ajuste Vida Útil	Posição em 31/12/2021	
Bens Móveis	(21.856.101,94)	330.344,05	(3.302.897,41)	(24.828.655,30)	
Apar Equip Utens Med Odont Lab	(15.979.019,10)	157.553,56	(2.751.187,72)	(18.572.653,26)	10
Equip Processamento de Dados	(1.520.074,58)	48.235,81	(111.705,25)	(1.583.544,02)	20
Mobiliário em Geral	(2.984.390,70)	38.354,86	(270.351,25)	(3.216.387,09)	10
Maq. Utens e Equip Diversos	(790.027,55)	80.556,33	(108.366,08)	(817.837,30)	10
Veículos de Tração Mecânica	(56.012,68)	0,00	0,00	(56.012,68)	10
Aparelhos de Medição	(27.793,37)	0,00	(1.103,79)	(28.897,16)	10
Apar e Equip Comunicação	(76.458,74)	0,00	(1.511,34)	(77.970,08)	10
Apar e Utens Domésticos	(277.026,88)	2.887,50	(42.040,10)	(316.179,48)	10
Maq e Equip de Natureza Indl	(45.900,59)	0,00	0,00	(45.900,59)	10
Maquinas e Equip Energéticos	(510,00)	0,00	0,00	(510,00)	0
Maquinas e EquipGráficos	(8.188,00)	0,00	0,00	(8.188,00)	0
Equip p/Audiovídeo e Foto	(62.835,03)	1.855,99	(16.309,23)	(77.288,27)	10
Maquinas e Utens de Escritório	(13.670,23)	0,00	(322,65)	(13.992,88)	10
Maq Ferram e Utens de Oficina	(14.194,49)	900,00	0,00	(13.294,49)	20
Intangível	(283.733,04)	0,00	(104.881,96)	(388.615,00)	0
Software	(283.733,04)	0,00	(104.881,96)	(388.615,00)	20
Total do Ajuste do Valor Econômico Acumulada	(22.139.834,98)	330.344,05	(3.407.779,37)	(25.217.270,30)	

Segundo o inciso II do § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". **3.9 - Fornecedores** - As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.10 - Serviços de Terceiros** - Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: serviços prestados de utilidade pública, assessoria técnica e jurídicas, portaria, segurança e limpeza. **3.11 - Salários a Pagar** - De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.12 - Contribuições a Recolher** - Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS, etc. Com relação ao PIS a unidade gerenciada recebeu a Imunidade através do Processo tributário nº 2006.61.00.001474-9/SP, que suspendem a exigibilidade de recolhimento do PIS sobre a folha de pagamento a alíquota de 1%/mês. Dessa forma, a unidade gerenciada reconheceu os respectivos valores de Isenção e Restituição em suas Demonstrações Contábeis. **3.13 - Impostos a Recolher** - Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços pessoal próprio em regime CLT e ISS sobre os serviços prestados de pessoas físicas autônomas. **3.14 - Provisões Trabalhistas (Férias, FGTS e 13º salário)** - Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.15 - Obrigações Tributárias** - A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações retidas na fonte de IRRF, INSS, ISS e PIS/COFINS/CSLL relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços contratados pela unidade gerenciada. **3.16 - Empréstimos Funcionários** - A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece aos seus colaboradores o crédito consignado com o Banco Bradesco Financiamentos, com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2021 representa R\$ 166.150,17 (Cento e sessenta e seis mil, cento e cinquenta reais e dezessete centavos). **3.17 - Acordos Trabalhistas a Pagar** - Reconhecimento das obrigações decorrentes de processos trabalhistas em que a Entidade foi sentenciada ao pagamento de valores complementares a rescisão contratual, onde se entende que não cabe mais recurso judicial. **3.18 - Contingências Ativas e Passivas** - Os conceitos aplicados

será levantado após o trânsito em julgado da ação, vale ressaltar que a unidade mantém contrato com consultoria jurídica, da qual os mesmos nos mantem informados sobre o Status das ações judiciais, trimestralmente. Os valores registrados nesta conta em 2021 representam o montante de R\$ 39.799,00. **3.5 - Despesas Pagas Antecipadamente** - Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos, predial, máquinas e assinaturas de periódicos. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.6 - Estoques** - Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total registrado em estoques no exercício de 2.021 é de R\$ 7.616.869,48 (Sete milhões, seiscentos e dezessete mil, oitocentos e sessenta e nove reais e quarenta e oito centavos).

Descrição	Valores em Reais	
	31/12/2021	31/12/2020
Materiais utilizados no setor de Nutrição	110.106,48	127.132,62
Materiais utilizados no setor de Farmácia	4.930.154,38	2.342.298,60
Materiais de Engenharia	767.240,08	855.703,85
Materiais de Almoarifado	1.809.368,54	2.064.779,96
Total	7.616.869,48	5.389.915,03

Os valores registrados em Estoque em 2021 contemplam Medicamentos do Programa Dose Certa da Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo (SES/SP) no valor de R\$ 3.162.854,90 e Materiais Consignados no montante de R\$ 242.909,85 estes materiais de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada. **3.7 - Valores a Receber - (Ativo Não Circulante)** - Os valores registrados nesta conta representam valores a receber de longo prazo, relativos ao Contrato de Gestão sob o Nº 001/0500/000.019/2017, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde não foram registrados valores nesta conta em 2021 devido ao encerramento do contrato que se finda dia 23/06/2022. **3.8 - Imobilizado - Bens de Terceiros** - O imobilizado de uso da SPDM - Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo, é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso. **3.8.1 - Ajuste Vida Útil Econômica - Bens Móveis** - A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa, de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros.

te não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição. **3.21 - Outros Valores de Terceiros** Os valores contabilizados referem-se a créditos recebidos indevidamente a serem regularizados no prazo médio de 30 dias. **3.22 - Convênios / Contratos públicos a Realizar (Circulante e Não Circulante)** De acordo com a Resolução 1.305/10 NORMA NBC TG 07 (R2) e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em 31.12.2021 representa R\$ 54.014.672,38 (Cinquenta e quatro milhões, quatorze mil, seiscentos e setenta e dois reais e trinta e oito centavos), a serem realizados nos respectivos exercícios, até o final do contrato em 23.06.2022. **3.23 - Materiais de Terceiros em nosso Poder** A unidade afiliada SPDM, mantém Medicamentos do Programa Dose Certa da Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo (SES/SP) em 31.12.2021 o montante de R\$ 3.162.854,90 (Três milhões, cento e sessenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e noventa centavos) para distribuição e que fazem parte do saldo estoque de farmácia. Os materiais de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder, para atendimento emergencial dos serviços de saúde e R\$ 242.909,85 referente a Materiais Consignados. **3.24 - Outros Ativos e Passivos**. Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.25 - Estimativas Contábeis** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.26 - Estimativa de Rescisão Contratual** Em 31 de dezembro de 2020 a Instituição entendeu por bem que não caberia constituir Estimativa de Rescisão Contratual, em virtude da Cláusula nº 10 do Contrato de Gestão nº SPDOC 1808981/2020 prever que, os custos relativos à dispensa com pessoal serão arcados pelo órgão público contratante, não cabendo mais realizar tal provisionamento. **4 - Origem e Aplicação dos Recursos** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, Res. CFC nº 1.305/10 - NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. Item 12 onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.1.1 - Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos a Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental. Em 2021 tais valores representam o montante de R\$ 185.887,13 (Cento e oitenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e sete reais e treze centavos). **4.2 - Custos e Despesas Operacionais** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados, classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos da instituição e foram segregados, classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. **4.3 - Doações** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas e quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2021 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 405.010,38 (Quatrocentos e cinco mil, dez reais e oito centavos) sendo que desde valor R\$ 376.773,61, enquanto em 2020 foi de R\$ R\$ 470.604,31 (Quatrocentos e setenta mil, seiscentos e quatro reais e trinta e um centavos). **4.4 - Auxílios, Subvenções e/ou Convênios Públicos.** Os recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à NBC TG 07 R2 SUBVENÇÃO na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. Em 2021, a instituição recebeu subvenções estaduais relativas aos instrumentos abaixo:

Receitas Efetivas 2021	
Hospital Luzia de Pinho Melo	
Contrato de Gestão	R\$
Nº: 001.0500.000.019/2017 / Termo Aditivo 01/2021 - Custeio	176.847.500,00
Nº: 001.0500.000.019/2017 / Termo Aditivo 02/2021 - Custeio	1.500.000,00
Nº: 001.0500.000.019/2017 / Termo Aditivo 03/2021 - Investimento	314.800,41
Nº: 001.0500.000.019/2017 / Termo Aditivo 04/2021 - Custeio	1.500.000,00
Nº: 001.0500.000.019/2017 / Termo Aditivo 05/2021 - Custeio	1.000.000,00
Nº: 001.0500.000.019/2017 / Termo Aditivo 06/2021 - Custeio	81.320,00
Nº: 001.0500.000.019/2017 / Termo Aditivo 07/2021 - Custeio	1.600.000,00
Nº: 001.0500.000.019/2017 / Termo Aditivo 08/2021 - Custeio	2.124.289,00
Nº: 001.0500.000.019/2017 / Termo Aditivo 09/2021 - Custeio	2.000.000,00
Nº: 001.0500.000.019/2017 / Termo Aditivo 10/2021 - Investimento	486.985,40
Total	187.454.894,81

5 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos anteriores, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabeleça as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero".

Continua

Continuação 6 - Resultado Operacional: Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 R1 – Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 187.454.894,81; acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 485.452,77; e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 197.731.372,05; encerrando o exercício com um resultado Deficitário no valor de R\$ - 9.791.024,47 (Nove milhões setecentos e noventa e um mil, vinte e quatro reais e quarenta e sete centavos). **6.1 Nota de Ênfase ao Resultado** - O orçamento total de custeio disponibilizado no ano de 2021, teve uma redução, comparado ao ano de 2020 de 3%, sendo que os custos e despesas foram acrescidos de alta de inflação e dissídio trabalhista em média de 8,83%. Realizamos diversas ações para conseguir manter o equilíbrio financeiro e o valor deficitário foi absorvido com recursos disponíveis em contas de aplicações financeiras remanescentes de períodos anteriores. Em 2021 houve ainda um maior esforço para o equilíbrio, porém com os reajustes coletivos das categorias e a alta da inflação além da elevação custos operacionais para atender os protocolos COVID 19 somados aos custos com manutenção dos equipamentos que são cotados em moeda estrangeira e o desgaste natural da estrutura predial que exige constante manutenção que proporcionam este desequilíbrio financeiro. **7 - Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) - LEI nº 12.101/09; 12.868/13; e Lei Compl. nº 187/2021:** Por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada 8.242/14 e, ainda, o que está disposto na Lei Complementar 187/2021, para fazer jus a Certificação na área "predominantemente" de saúde, deverá alternativamente (Artigo 7º): I - prestar serviços ao SUS; II - prestar serviços gratuitos; III - atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e ainda (Artigo 9º): I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congênera com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos

ambulatoriais realizados. Podendo ainda (§ 3º para fins do disposto no § 2º deste artigo), no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vinculado em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus serviços. A entidade de saúde, deverá informar obrigatoriamente, na forma estabelecida em regulamento (Artigo 10º): I - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes não usuários do SUS; e II - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS. A Unidade Gerenciada, apresentou em 2021 nesta unidade a seguinte produção:

Produção - 2021	SUS - DATASUS
Linha de Atendimento Internações	12.360
Saída Hospitalar	12.593
Nº de Cirurgias	4.995
Diárias de UTI - TOTAL	10.021
Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)	33.585
Consulta médica	78.691
Atendimento não médico	27.824
HD/Cirurgia ambulatorial	5.907
SADT - TOTAL	1.268.461
Quimioterapia	14.044

8 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão: O Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo, apresentou no ano de 2021 o seguinte Relatório de Execução:

Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2021			
Receitas	Custeio	Investimento	
Repasses do Contrato / Convênio	186.653.109,00	801.785,81	
Receitas Financeiras e Outras Receitas	540.145,13	-	
Total das Receitas	187.193.254,13	801.785,81	
Despesas	Custeio	Investimento	
Despesas com Pessoal	89.163.500,97	-	
Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas	97.677.922,26	301.640,72	
Total das Despesas	186.841.423,23	301.640,72	

O orçamento total de investimento recebido de R\$ 486.985,40 disponibilizado no final do exercício de 2021 será utilizado para suprir as despesas com a Reforma do setor de Hemodinâmica no ano de 2022.

Linha de Contratação	Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2021					
	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Internações						
Saída Hospitalar - TOTAL	5.328	5.604	5.328	5.760	10.656	11.364
Saída Hospitalar - (Exceto Cl. Cirúrgica)	3.120	3.612	3.120	3.586	6.240	7.198
Saída Hospitalar - Cl. Cirúrgica	2.208	1.992	2.208	2.174	4.416	4.166
HD/Cir. Ambulatorial - Total	1.440	1.466	1.440	1.165	2.880	2.631
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)						
Consulta de urgência	10.800	13.104	10.800	9.030	21.600	22.134
Atendimento Ambulatorial - Total	47.304	49.087	47.304	50.642	94.608	99.729
Consulta médica - TOTAL	42.840	40.801	42.840	40.211	85.680	81.012
Atendimento não médico - TOTAL	4.464	8.286	4.464	10.431	8.928	18.717
SADT Externo - Total	3.840	4.086	3.840	3.680	7.680	7.766
Tratamento Especializado - Total	14.136	20.983	20.536	25.783	34.672	46.766
Tratamento onco - Quimioterapia	4.536	10.215	4.536	10.478	9.072	20.693
Tratamento onco - Radioterapia	9.600	10.768	16.000	15.305	25.600	26.073

9 - Isenções e Contribuições Sociais Usufruídas: Por atender aos requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária,

incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 15 de Dezembro de 2020, a entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme Processo nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda deferimento. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2021 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R\$ 28.637.379,19 (Vinte e oito milhões, seiscentos e trinta e sete mil, trezentos e setenta e nove reais e dezenove centavos). Em face de a Entidade ser reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social, e ter

como área de atuação preponderante a da Saúde, além de atuar nas áreas de educação e assistência social, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, em seu artigo 3º, inciso VII, que prevê a apresentação de demonstrações contábeis e financeiras, devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, dentro outros requisitos. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados** - Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu no exercício de 2021, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montante de R\$ R\$ 21.705.491,16 (Vinte e um milhões, setecentos e cinco mil, quatrocentos e noventa e um reais e dezesseis centavos). Em 2020, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 21.576.595,36 (Vinte e um milhões, quinhentos e setenta e seis mil, quinhentos e noventa e cinco reais e trinta e seis centavos). **9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros** - A isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceira pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2021 atingiu um montante de R\$ 406.320,06. Em 2020 o referido valor de receita totalizou R\$ 423.350,09. **9.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)** - A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2021 foi de R\$ 5.890.271,08 (Cinco milhões, oitocentos e noventa mil, duzentos e setenta e um reais e oito centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2020, esse montante foi de R\$ 5.860.798,09 (Cinco milhões, oitocentos e sessenta mil, setecentos e noventa e oito reais e nove centavos). **9.4 - Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento (PIS - Fopag)** - A Entidade usufruiu da isenção da Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2021 foi de R\$ 780.918,59 (Setecentos e oitenta mil, novecentos e dezoito reais e cinquenta e nove centavos). Em 2020 o valor referido de receita totalizou em R\$ 776.635,65 (Setecentos e setenta e seis reais, seiscentos e trinta e cinco mil e sessenta e cinco centavos). **9.5 - Trabalho Voluntário** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 – Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A instituição possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. A entidade possuiu trabalhos voluntários realizados por dirigentes estatutários e em 2021 representou o montante de R\$ 1.908,86 (Hum mil, novecentos e oito reais e oitenta e seis centavos), enquanto em 2020 foi de R\$ 1.918,09 (Hum mil, novecentos e dezoito reais e nove centavos), em 2021 não tivemos registro de valores de outros tipos de voluntariado, enquanto em 2020 foi registrado o valor de R\$ 4.845,38 (Quatro mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e trinta e oito centavos). **10 - Exercício Social** Conforme estabelece o art. 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Mogi das Cruzes, 31 de dezembro de 2021.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da S.P.D.M. Dr. João Luiz de Miranda Rocha - Diretor Técnico Ana Maria Gonçalves Shimizu - Contadora CRC-1SP 210330/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina Hospital De Clínica Luzia de Pinho Melo) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude

ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01 de abril de 2022. **Audisa Auditores Associados** - CRC/SP 2SP 024298/O-3. **Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior** - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718.

